al-wadan online

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265

#22 (tomo 1) Jan. 2018

AS GRAVURAS AINDA NÃO APRENDERAM A NADAR

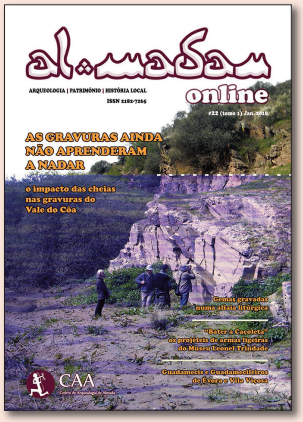
o impacto das cheias nas gravuras do Vale do Côa

Gemas gravadas numa alfaia litúrgica

"Bater a Caçoleta" os projéteis de armas ligeiras do Museu Leonel Trindade

Guadamecis e Guadamecileiros de Évora e Vila Viçosa

CAA
Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Jorge Raposo

Imagem de visita à Rocha 1 da Ribeira de Piscos, no Parque do Côa, cerca de um mês após cheia registada no Inverno de 2014. A linha tracejada a branco, à direita, marca a cota de inundação, aqui evidenciada pela sobreposição de filtro que mescla a imagem original com uma superfície aquática.

Foto © Luís Luís, Fundação Côa Parque, parcialmente sobreposta por imagem disponível na Internet.

al-madan online

II Série, n.º 22, tomo 1, Janeiro 2018

Proprietário e Editor | Centro de Arqueologia de Almada, Apartado 603 EC Pragal, 2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

Sede | Travessa Luís Teotónio Pereira, Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | *c.arqueo.alm@gmail.com*

Internet | *www.almadan.publ.pt*

ISSN | 2182-7265

Estatuto editorial | *www.almadan.publ.pt*

Distribuição | *http://issuu.com/almadan*

Patrocínio | Câmara M. de Almada

Parceria | ArqueoHoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Ld.ª

Apoio | Neoépica, Ld.ª

Director | Jorge Raposo (*director.almadan@gmail.com*)

Publicidade | Centro de Arqueologia de Almada (*c.arqueo.alm@gmail.com*)

Conselho Científico | Amílcar Guerra, António Nabais, Luís Raposo, Carlos Marques da Silva e Carlos Tavares da Silva

Redacção | Centro de Arqueologia de Almada (sede): Vanessa Dias, Ana Luísa Duarte, Elisabete Gonçalves e Francisco Silva

Resumos | Jorge Raposo (português), Luisa Pinho (inglês) e Maria Isabel dos Santos (francês)

Modelo gráfico, tratamento de imagem e paginação electrónica | Jorge Raposo

Revisão | Vanessa Dias, José Carlos Henrique, Fernanda Lourenço e Sónia Tchissole

Colaboram neste número | André Albuquerque, Nelson J. Almeida, Clementino Amaro, Ferran Antolín, José M. Arnaud, Ruben Barbosa, Ana C. Basílio, Luísa Batalha, João Belo, Marian Berihuete Azorín, Nuno Bicho, Flávio Biscaia, Carlos Boavida, Anabela Borralheiro, Patrícia Brum, Guilherme Cardoso, António R. Carvalho, Daniel R. de Carvalho, João Cascalheira, Enrique Cerrillo Cuenca, Fernando Coimbra, Luís Costa, Paulo Costa, Maria Isabel Dias, Mariana Diniz, Graça Cravinho, Pedro Cura, José d'Encarnação, Lídia Fernandes, Cristiana Ferreira, António Fialho, Rui Ribolhos Filipe, José P. Francisco, Jorge Freire, Sara Garcês, Manuel García-Heras, Marijo Gauthier-Bérubé, Carolina Grilo, Vanda B. Luciano, Luís Luís, Ana P. Magalhães, João Marques, Andrea Martins, Ana Mateos Orozco, Alexandre Monteiro, César Neves, Luiz Oosterbeek, Pedro Patacas, Franklin Pereira, Miguel Pessoa, Rui Pinheiro, Inês V. Pinto, Leonor Pinto, Sandro Pinto, Luís Raposo, Raquel C. Raposo, Clodoaldo Roldán García, Maria Isabel Sarró, Chris Scarre, Isabell Schmidt, João L. Sequeira, Fernando R. Silva, Elisa Sousa, João P. Tereso, André Teixeira, André Texugo, João Torcato, António Valera, António Valongo e Gerd-Christian Wenigeru

Os conteúdos editoriais da *Al-Madan Online* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a revista respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

A abrir, esta *Al-Madan Online* confronta-nos com uma séria ameaça à integridade e preservação de uma das jóias da Arqueologia portuguesa, justamente integrada na lista do Património Mundial da UNESCO: a arte rupestre do Vale do Côa, que em 1996 se livrou da submersão provocada pela construção de uma barragem, mas está desde então sujeita a cheias prolongadas. *"As gravuras não sabem nadar"* deu mote a um movimento que abalou a sociedade portuguesa nos já distantes anos 1990. Presumimos hoje que continuarão a não saber. Contudo, constatamos que boa parte delas teve de desenvolver entretanto uma invulgar aptidão para o mergulho em apneia!

Conhecidas as condições ambientais da região, é expectável que a acção dos agentes naturais aumente sazonalmente o caudal do rio Côa. Mas não é admissível permitir que esse efeito seja fortemente agravado pela ensecadeira que deveria ter funcionado só alguns meses, durante a construção da barragem, mas lá permanece quase 25 anos depois! É um enorme factor de risco para um Património único e insubstituível, e também uma severa condicionante à sua investigação, conservação e fruição pública. Identificar o problema e detalhar as suas causas e consequências tem o inegável mérito de alertar para a urgência de medidas correctivas que merecem a atenção imediata da DGPC e da Fundação Côa-Parque.

O Parque e o Museu do Côa justificam ainda outra abordagem nas páginas desta *Al-Madan Online*, onde é defendido um modelo alternativo de gestão patrimonial. É um dos textos de opinião, que também se ocupam da investigação do século VIII e do paradigma dos orçamentos participativos. Os artigos dedicados a trabalhos e estudos arqueológicos são diversificados, temática e cronologicamente, e tratam contextos e materiais que vão da romanidade ao século XIX: da *villa* romana de Fundo de Vila (Tábua) à rede viária dessa época na zona do Vimieiro (Arraiolos); das várias ocupações do Alto da Casa Branca (Lisboa) aos fornos de cal contemporâneos em Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Trofa; de 1/4 de *dirham* almóada recolhido na zona de Alcácer do Sal, às gemas gravadas em alfaia litúrgica dos séculos XIV-XV e aos projécteis de armas ligeiras usados nos confrontos do século XIX. Há ainda um contributo para a história do ensino da Arqueologia em Portugal, a análise de fontes documentais relativas aos Paços do Município de Alcácer do Sal e à arte do guadameci em Évora e Vila Viçosa nos séculos XVI e XVII, e espaço para defender a tese que Fernão Lopes (≈1380/1390-1460) terá nascido e sido sepultado no Alandroal. Por fim, desenvolvido noticiário arqueológico antecede o comentário a diversos eventos e a agenda dos que são conhecidos para os próximos meses.

E para começar bem, tem já a seguir uma reflexão sobre o binómio Arqueologia - Turismo.

Votos de boa leitura!

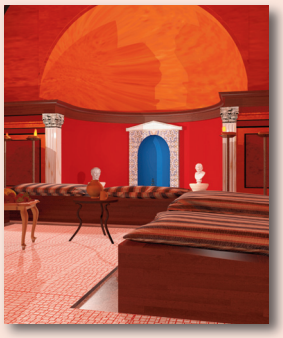
Jorge Raposo

Índice

Editorial ...3 ►

Crónicas

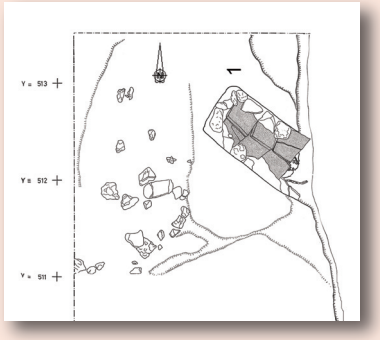
A Arqueologia e o Turismo: útil binómio a acautelar | José d'Encarnação...6 ►



Arqueologia

As Gravuras Ainda não Aprenderam a Nadar: impacto das cheias na arte rupestre do Vale do Côa entre 1996 e 2016 | Luís Luís...10 ►

Quinta das Covas, uma *Villa* Romana em Fundo de Vila, Tábua | Raquel Caçote Raposo ...29 ►



O Sítio Arqueológico do Alto da Casa Branca (Tapada da Ajuda, Lisboa) | Guilherme Cardoso, Clementino Amaro e Luísa Batalha...35 ►

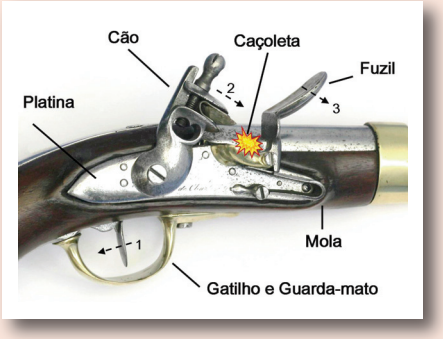
Os Fornos de Cal Artesanais nos Concelhos de Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Trofa na Época Contemporânea: contributo para o seu estudo | Fernando Ricardo Silva...41 ►

Estudos

A Rede Viária Romana como Objeto de Reflexão: a propósito dos troços calcetados da Herdade das Postas e da ponte da Fargelinha (Vimieiro, Arraiolos) | Ruben Barbosa...50 ►

Gemas Gravadas numa Alfaia Litúrgica | Graça Cravinho...60 ►

Breve Nota sobre 1/4 de *Dirham* Perfurado de Cronologia Almóada Encontrado Junto a Qaṣr al-Fatḥ / Alcácer [do Sal] | António Rafael Carvalho...68 ►



Bater a Caçoleta: subsídio para o estudo da coleção de projéteis de armas ligeiras do Museu Leonel Trindade | Rui Ribolhos Filipe...74 ►

História da Arqueologia Portuguesa

O Ensino da Arqueologia no Século XIX: uma abordagem preliminar de propostas, programas e cursos | Daniel Martins da Silva Rodrigues de Carvalho...80 ►

Opinião

¿Por qué no se estudia el siglo VIII? Una reflexión historiográfica y bibliométrica | Ana Mateos Orozco...98 ►

Museu do Côa: do discurso institucional ao museu participativo | José Paulo Francisco ...86 ►

Património

O Estranho Caso da Ota: o paradigma dos Orçamentos Participativos e os resultados de um projecto "comunitário" | André Texugo e Ana Catarina Basílio...104 ►

Do Castelo até à Ribeira: um olhar sobre os Paços do Município de Alcácer do Sal | António Rafael Carvalho...114 ►

História local

Fernão Lopes, natural do Alandroal | João Torcato e José d'Encarnação ...145 ►

Guadamecis e Guadamecileiros de Évora e Vila Viçosa: uma arte de luxo em 1500-1600 | Franklin Pereira...131 ►

Noticiário Arqueológico...150 ►

Textos de...

Nelson J. Almeida *et al.* [pp. 150-151];
Rui Pinheiro [pp. 152-157];
Guilherme Cardoso [pp. 158-159];
João L. Sequeira e António Valongo [pp. 160-161];
Vanda B. M. Luciano [pp. 162-163];
André Albuquerque *et al.* [pp. 164-165];
Alexandre Monteiro *et al.* [pp. 166-170];
Ana Patrícia Magalhães *et al.* [pp. 171-173];
Lídia Fernandes e Carolina Grilo [pp. 174-176];
Miguel Pessoa [pp. 177-181]

Eventos

Textos de...

José d.'Encarnação [pp. 182-184];
João P. Tereso *et al.* [pp. 185-187];
João Cascalheira *et al.* [pp. 187-189];
Fernando Coimbra e Luiz Oosterbeek [pp. 190-191];
António Valera [pp. 192-193];
João P. Tereso [pp. 193-194];
Manuel García-Heras *et al.* [pp. 195-196];
José M. Arnaud *et al.* [pp. 197-198]

Agenda...199 ►

Arqueologia e Turismo

útil binómio a acautelar

José d'Encarnação

[Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

> **"Cresci num ambiente em que, desde muito cedo, os vestígios arqueológicos foram encarados de uma óptica de aproveitamento turístico, ou seja, como mais um dos ingredientes da ementa turística da região."**

Cresci num ambiente em que, desde muito cedo, os vestígios arqueológicos foram encarados de uma óptica de aproveitamento turístico, ou seja, como mais um dos ingredientes da ementa turística da região.

De facto, porventura como prolongado eco do que fora a visita a Cascais, em 1880, dos participantes na reunião da IX Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas, os mentores do Turismo da Costa do Sol não descuraram a preservação dos sítios arqueológicos conhecidos no concelho de Cascais e eles próprios – como foi o caso de Fausto Amaral de Figueiredo e D. António de Castelo Branco – participaram em intervenções arqueológicas e apoiaram campanhas de escavação nas grutas de S. Pedro do Estoril, de Alapraia, na *villa* romana de Casais Velhos e na gruta de Porto Covo.

De resto, pode ler-se no relatório de 1969 da Junta de Turismo da Costa do Sol, logo no seu ponto 1): *"Preocupámo-nos com as* Riquezas Arqueológicas da Zona *e conservámos nas melhores condições possíveis as nossas Grutas; por outro lado, tencionamos apresentar as de Cascais, muito em breve, à apreciação e curiosidade públicas"* (*Cascais e Seus Lugares*, 1970-05-24, p. 6).

Essa intenção de mostrar a gruta do Poço Velho esteve sempre presente, de tal modo que, no mandato de Helena Roseta, se preparou um projecto da sua reabilitação, da responsabilidade de Guilherme Cardoso, de Luís Pascoal e do Arquitecto Rui Pimentel; as grandes inundações de 1983 obrigaram, porém, a adiar a sua concretização. Apresentado posteriormente ao vereador da Cultura, José Jorge Letria, no mandato de José Luís Judas, não mereceu atenção; contudo, hoje, preparado um circuito de visita, a gruta abre ao público por ocasião, nomeadamente, do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. Aliás, a Junta de Turismo patrocinaria duas publicações cuja proposta lhe apresentei: as *Notas sobre Alguns Vestígios Romanos no Concelho de Cascais* (Junta de Turismo da Costa do Sol, Estoril, 1968), que poderá considerar-se como a primeira chamada de atenção, na altura, para a importância da investigação arqueológica em Cascais, e a edição do opúsculo *Grutas Pré-Históricas de Alapraia - Estoril* (Junta de Turismo da Costa do Estoril, Estoril, 1979), com versões individualizadas em português, francês e inglês (Fig. 1).

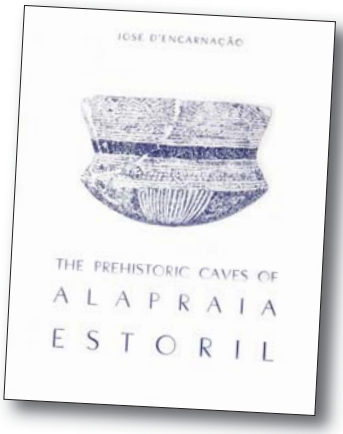


Fig. 1

Perdoe-se-me se uso um exemplo pessoal e da zona onde vivo; permita-se-me, no entanto, que o considere paradigmático do tema em apreço, por se situar numa zona turística por excelência.

A utilidade

A nível governamental, à excepção de Conímbriga, só tarde se despertou para essa preocupação, o que não admira, uma vez que, nos panfletos turísticos, se vendia "o sol e o mar" e foi necessário chegar ao III Congresso Nacional de Turismo, em Dezembro de 1986, para se incluir como primeira das recomendações *"uma intensificação da colaboração entre os sectores do Turismo e da Cultura por forma a que, nacionais e estrangeiros, possam usufruir,*

na máxima plenitude, das diversas expressões do património cultural português" (in *III Congresso Nacional de Turismo - Documentos*, Porto, 1986, p. 241).
Essa sensibilidade – uma vez que acabei por ser docente da disciplina de Património Cultural, tanto na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (nos cursos de Arqueologia e de Museologia) como na Licenciatura em Turismo da Universidade Lusófona –, levou-me a sugerir a preparação de vários trabalhos de mestrado nesse âmbito, sendo, quiçá, de realçar a elaboração da tese de doutoramento intitulada *Subsídios para a História da Valorização do Património Arqueológico Portugal*, por parte de Olga Maria Pinto de Matos, actual docente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, defendida em Maio de 2003 e acessível em *https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/580/2/OMatos.pdf* (consultado em 2017-11-19).
Foi a época do grande despertar para essa temática. Recorde-se que *Al-Madan* dedicara, em Dezembro de 2001, um número especial (o n.º 10 da II série) a *"300 Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal"*, onde se apresentou o rol dos sítios arqueológicos portugueses, anotando, em relação a cada um deles, as perspectivas que se antojavam para a sua preservação e aproveitamento.
Na actualidade, a referência ao Passado e à Arqueologia é uma constante na publicidade turística. Veja-se, por exemplo, *http://www.termasdemontereal.pt/historia-das-termas-de-monte-real.html* (consultado em 2017-11-19): *"As águas de Monte Real eram já utilizadas pelos romanos, como atestam uma árula romana, bem como várias moedas desse período, encontradas junto à nascente, numas escavações mandadas efectuar por volta de 1806/1807 pelo então Bispo de Leiria, D. Manuel de Aguiar. Este mandou edificar uma casa de alvenaria, com dois «cubículos», cada um com uma banheira para os banhos de água termal. Reza a lenda que a Rainha Santa Isabel, nas suas estadias em Monte Real com o Rei D. Dinis, aqui distribuiria a água termal aos doentes que as procuravam"*.
Ou, em *http://pensaoalegre.webnode.com.pt/termas/* (consultado em 2017-11-19): *"Desde as antigas civilizações que o homem procura na Natureza respostas para as suas preocupações de saúde e bem-estar. A «cultura da água», na sua vertente de uso terapêutico, surgiu pela primeira vez na Grécia Clássica. No entanto, foi durante o apogeu do Império Romano que as termas adquiriram uma tradição de espaço público de repouso e de lazer"*.
A Antiguidade a servir, mui justamente, de bom pretexto para a promoção turística.

"Cientes do interesse que há em aproveitarmos – em termos de turismo e em termos de consolidação da identidade local – os sítios arqueológicos, bem cientes estamos também das dificuldades que esse aproveitamento encerra."

A cautela

Cientes do interesse que há em aproveitarmos – em termos de turismo e em termos de consolidação da identidade local – os sítios arqueológicos, bem cientes estamos também das dificuldades que esse aproveitamento encerra.
Primeiro, porque se trata de um investimento em infra-estruturas e em pessoal que mui dificilmente pode ser encarado como rendível. Todos concordamos que Idanha-a-Velha detém um potencial turístico de excelência; muito se fez já para atrair visitantes e até investigadores (criaram-se condições para o seu acolhimento) – mas a sua aparentemente remota localização constitui óbice que as entidades locais diligentemente têm procurado solucionar, ligando, nomeadamente, esse património à típica gastronomia local e à ímpar singularidade da vizinha Monsanto.
Segundo: há toda uma sensibilização ainda a fazer para que os potenciais visitantes ganhem consciência do real interesse de "ruínas" amontoadas ao longo dos tempos, referentes a populações integralmente falecidas há séculos e, até, milénios. Que interesse pode deter um reles caco, ainda que apresente decoração ou umas letras?
Terceiro: estamos perante um património sensível, a carecer de inúmeros cuidados. Sabe-se que grutas, como as de Lascaux e de Altamira, tiveram que encerrar temporariamente, porque as gravuras estavam a deteriorar-se, devido às novas condições climatéricas que a enorme afluência de visitantes introduzira. Em Conímbriga, os mosaicos vão-se tapando e destapando, periodicamente, para facilitar a sua conservação. Em Pompeios, fecha-se agora uma casa e abre-se outra, a fim de que esse ímpar património não pereça.

Quarto: a presença permanente, ou em dias devidamente anunciados, de pessoal qualificado que possa guiar os visitantes, independentemente de haver, ou não, à entrada, um centro interpretativo, requer financiamento que as chefias do Governo central ou dos municípios nem sequer estão dispostas a dar, justamente por não ser, à partida, investimento rendível a curto prazo – e, hoje, para quem está no poder, o médio ou o longo prazo e a ausência de contrapartidas palpáveis no imediato são óbices amiúde inultrapassáveis. Esquece-se que não é apenas a receita dos visitantes (caso se trate de visitas pagas) que interessa, mas sim a atracção das pessoas, que, mais tarde ou mais cedo, vão animar a vida económica local…

“...não nos é possível pensar, em 2017, no aproveitamento turístico de um sítio arqueológico sem o recurso às novas tecnologias, até porque elas proporcionam também aquela salvaguarda que importa incrementar.”

Que fazer?

Para responder a esta questão, não posso deixar de começar por aludir ao bem ponderado discurso feito por Adília M. Alarcão, na abertura, a 13 de Junho de 1985, em Castelo de Vide, das 1as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano, publicado nas respectivas Actas (pp. 9-11).
Depois de assinalar as premissas *“necessárias para que a relação arqueologia/turismo se constitua em realidade construtiva”*, apontou as exigências da valorização de um monumento ou sítio arqueológico: a definição de uma área protectora, a existência de suficiente pessoal de guarda; um responsável científico, informação acessível aos visitantes, capacidade de manutenção e acesso fácil. Por outro lado, se se pretende incluir *“um monumento de pleno direito num circuito turístico”*, importa *“que ele tenha impacto visual, que seja fácil de encontrar e ofereça ao visitante-turista o apoio logístico que a sua dimensão e a sua localização façam legitimamente esperar nele:*
1. Área ou parque para estacionamento
2. Instalações sanitárias próximas ou no local
3. Painéis explicativos, abrigo ou museu
4. Posto ambulante de bebidas, bar ou restaurante
5. Publicações” (p. 11).
Acaba Lisboa de orgulhosamente albergar a *Web Summit*, onde a inovação tecnológica foi rainha. Ora, não nos é possível pensar, em 2017, no aproveitamento turístico de um sítio arqueológico sem o recurso às novas tecnologias, até porque elas proporcionam também aquela salvaguarda que importa incrementar.
Paulo José Correia Bernardes, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em íntima colaboração com a Dra. Maria Júlia Fernandes e eu próprio, preparou para a série televisiva “Escrito na Pedra”, que a RTP 1 transmitiu em cinco episódios, reconstituições virtuais em 3D dos monumentos de que cada episódio tratava: a *villa* romana de Milreu (Figs. 2 e 3), as minas de *Vipasca*, a cidade romana de *Tongobriga*, o castro de

Fig. 2 – Reconstituição virtual da entrada no templo de Milreu. Foi elaborada por Paulo Bernardes, da Universidade do Minho, sobre dados fornecidos por Félix Teichner, para o programa *Escrito na Pedra*.

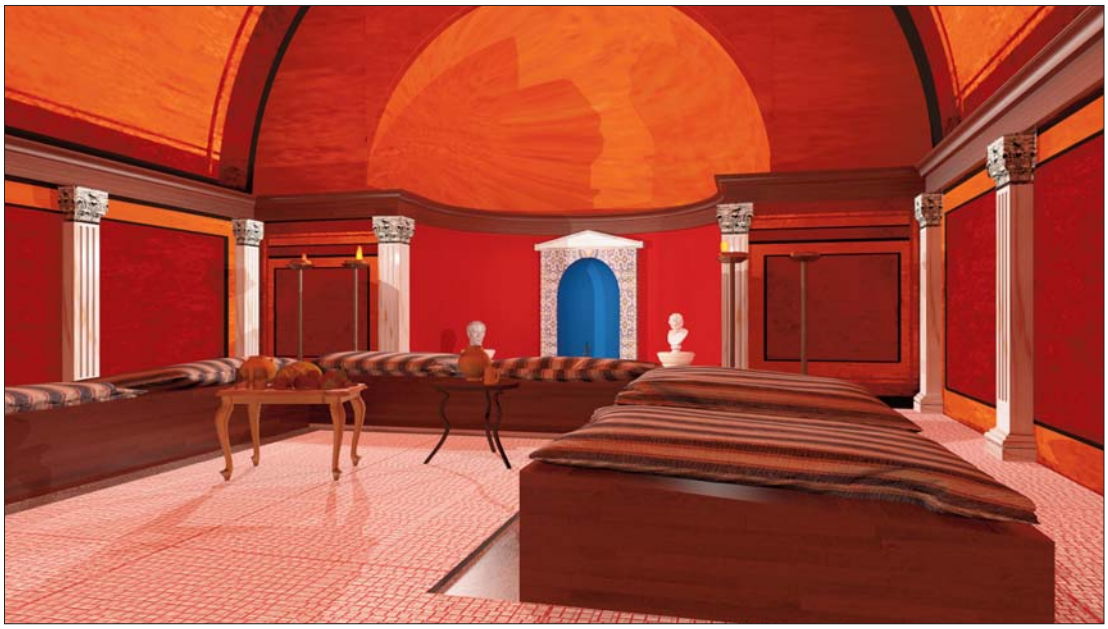


Fig. 3 – Reconstituição virtual do *triclinium* da *domus* principal da *villa* romana de Milreu. Autoria, fontes e objectivos idênticos aos da Fig. 2.

Monte Mozinho e o mosteiro de S. João de Tarouca (Fig. 4), que estava, então, a ser alvo de uma campanha de escavações arqueológicas.

O Professor Mário Moutinho, do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, concretizou, em 2013, o projecto da exposição "Baixa em Tempo Real" (Fig. 5), que esteve patente na Galeria Millenniumbcp, em Lisboa, de 2 de Fevereiro a 30 de Março, e que depois seguiu para o Museu da República, no Rio de Janeiro. Foi uma colaboração com docentes e discentes dos Departamentos de Animação Cultural Cinema e Multimédia, Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio, Artes e Design daquela universidade. Mediante uma aplicação em telemóvel, apontava-se para a imagem e tinha-se acesso a toda a história animada do sítio em observação.

O recurso a essas aplicações que permitem visualizar, em 3D, um monumento no seu todo ou em cada uma das fases do percurso de visita revela-se, por conseguinte, uma das melhores soluções e mais práticas para se poder salvaguardar e melhor apreciar a riqueza de um sítio arqueológico. O mosaico pode estar tapado com gravilha, mas a aplicação revela-o facilmente em todo o seu esplendor.

Fig. 4 – Reconstituição virtual do claustro do Mosteiro de S. João de Tarouca. Autoria e objectivos idênticos aos das Figs. 2 e 3, neste caso sobre dados fornecidos por Luís Sebastian.

Fig. 5

Tal como o texto sobre o destino dos materiais arqueológicos acabou por suscitar a realização do fórum de discussão subordinado ao tema "Depósitos Arqueológicos: património ou lixo?", realizado, a 11 de Outubro de 2017 na Sociedade de Geografia de Lisboa, numa organização conjunta do Centro de Arqueologia de Lisboa e da Secção de Arqueologia daquela Sociedade, ousaria propor que novo fórum se realizasse, agora para apresentação dos projectos, realizados ou em vias de concretização, de aplicação das novas tecnologias com vista a um melhor usufruto dos sítios arqueológicos.

José d'Encarnação,
11 de Novembro de 2017

[http://www.almadan.publ.pt]
[http://issuu.com/almadan]

uma edição

CAA
Centro de Arqueologia de Almada

[http://www.caa.org.pt]
[http://www.facebook.com]
[c.arqueo.alm@gmail.com]
[212 766 975 | 967 354 861]
[travessa luís teotónio pereira, cova da piedade, almada]